

NEOLITIZAÇÃO E MEGALITISMO DA PENÍNSULA IBÉRICA

*Actas do 3º Congresso de
Arqueologia Peninsular
(Set. 1999) ADECAP, vol. 3,
pp. 181-201*



REFLEXÕES SOBRE O POVOAMENTO DO NEOLÍTICO INICIAL DO NORTE DE PORTUGAL (VI.º-IV.º MIL. A. C.)

por

Maria de Jesus Sanches*

Resumo: Procura-se aqui fazer uma reflexão sobre a documentação arqueográfica e paleobotânica relativa ao Neolítico inicial do Norte de Portugal. Uma das questões mais pertinentes e discutida diz respeito à dificuldade de detectar habitats do início do Neolítico. Cremos que este problema não se deve colocar somente na deficiência dos nossos métodos de detecção e registo, mas sobretudo nas características intrínsecas desses habitats, marcados pela extrema fragilidade das estruturas habitacionais e pela fraca quantidade de desperdícios que produzem. Assim, será na ausência das informações requeridas para que os modelos de conceptualização histórica obtenham uma sustentação empírica, que poderá residir a explicação mais aceitável para o problema da ocupação do Neolítico inicial do Norte de Portugal.

Palavras-chave: Antropização do território; sistemas de subsistência; mobilidade residencial/logística.

A. INTRODUÇÃO

As sequências regionais sejam de âmbito arqueológico, sejam de âmbito paleoclimático constituem os documentos privilegiados no entendimento das sociedades neolíticas.

Desde a nossa primeira síntese em 1995 (Sanches 95, 97), relativa ao povoamento do Neolítico inicial regional de Trás-os-Montes e Alto Douro, até à actualidade a investigação de campo tem vindo a disponibilizar documentação arqueológica fundamental, decorrente particularmente das escavações da estação do Prazo – V.ª Nova de Foz-Côa (Rodrigues, 00), mas cujos resultados só poderão ser adequadamente avaliados quando o estudo desta estação ficar completo. Outra documentação arqueológica complementar, mas dizendo respeito ao Centro/Norte, foi entretanto publicada por A. Valera (1998).

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4050-561, Porto (Portugal).
E-mail: msanches@esoterica.pt

Nos estudos de vegetação/clima é da Galiza (de toda a Galiza) que continuam a chegar resultados que, de qualquer modo, só vêm reiterar as conclusões relativas às grandes linhas de transformação dos ecossistemas na primeira metade do Holoceno (Ramil Rego *et alii*, 96; Sobriño, *et alii*, 96).

Isto quer dizer que este texto pretende mais uma reflexão sobre a documentação já conhecida anteriormente, do que a revelação de novos documentos empíricos.

A nossa síntese anterior, baseada em dados pré-existentes mas que se encontram pouco ou escassamente estruturados e até geograficamente muito dispersos, pretendia construir, pela primeira vez, um discurso arqueologicamente coerente que fornecesse uma aproximação ao povoamento do início do Neolítico nesta região, suscitado pela reveladora documentação arqueográfica e paleobotânica do abrigo do Buraco da Pala IV (Mirandela). No presente, apesar da documentação empírica se ter ampliado, continua escassa tornando-se necessário desenvolver a investigação de campo no sentido da detecção e estudo dos vestígios das comunidades que ocuparam o Norte de Portugal na 1.ª metade do Holoceno.

B. OS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS

Os textos produzidos sobre o Neolítico inicial Centro/Norte de Portugal coincidem nos seguintes pontos que comentaremos de modo resumido:

Existem comunidades neolíticas no Centro/Norte de Portugal desde a passagem do VI.º ao V.º mil. AC (Sanches 95, 97; Valera, 98; S. Jorge, 99; Rodrigues, 00), indicado pelas datações absolutas dos abrigos de Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira), Buraco da Pala IV (Mirandela), Prazo (V.ª Nova de Foz-Côa) e Lavra I (Serra da Aboboreira – Marco de Canaveses).

A afirmação anterior escora-se na presença de cerâmicas lisas e decoradas, artefactos polidos, moinhos e macrorrestos de cereais e leguminosas ocorrendo em combinatórias diversas (nas estações atrás nomeadas e noutras às quais nos referiremos no decorrer deste texto), o que traduz inovações tecnológicas e subsistenciais relativamente ao período anterior; os mesmos contextos indicam também que a tecnologia lítica talhada é (em diversos graus) de tradição epipaleolítica, sendo que aqui a interpretação é colocada na continuidade tecnológica/subsistencial genérica (e não necessariamente na continuidade de povoamento).

Tem-se assumido tacitamente uma caracterização sobretudo de índole artefactual/cultural assente na presença de novos utensílios – cerâmica, moinhos, machados, enxós, etc. –, reveladora de novas actividades que se supõem relacionadas com o sistema produtor (agricultura e pastorícia). Acresce que os vestígios directos dessas novas actividades só se detectaram em dois casos – Buraco da Pala IV, com cultivo de cereais (trigo e cevada) e leguminosas (fava), e Fraga d'Aia com ovinos e/ou caprinos, provavelmente domésticos (Antunes, 88).

¹ Tal como na nossa abordagem de 1995 (Sanches, 95, 97) inclui-se a Beira Douro que agora conta com uma nova estação publicada (Rodrigues, 00 – neste volume) e mesmo com uma primeira síntese sobre o neolítico daquela região (Valera, 98).

O estudo dos ecossistemas, essencial à monitorização dos modos de subsistência (/modos de produção) e da caracterização do povoamento, são ainda embrionários; aqueles baseados na palinologia referem-se sobretudo à Galiza; o Norte de Portugal conta sobretudo com estudos de antracologia². A Galiza é aqui referida como elemento de comparação já que o litoral norte de Portugal apresenta, na actualidade, grandes semelhanças climáticas e fitossociológicas com aquela região.

A alteração paulatina das condições climáticas tendendo para mais elevadas temperaturas médias verificada entre o Pré-boreal e o Atlântico (e que atingirá o seu apogeu neste último período climático), a par dum a elevada pluviosidade, promove na Galiza a cobertura florestal sobretudo com bosques temperados caducifólios (*Quercus*, *Alnus*, *Castanea*, *Fraxinus*, *Sambucus*, *Salix*), no limite altitudinal dos quais surgem formações de ambiente boreal (com predomínio de *Pinus* e *Betula*) e a mais baixas altitudes espécies mais termófilas, de folha perene, como *Quercus* tipo *Ilex*, *Arbutus*, *Olea*, etc. (Ramil Rego, 92-93)³. Registam-se nos meados do VII.º/inícios do VI.º mil. algumas desflorestações; responsáveis pela diversificação/abertura da floresta caducifólia (a espécies arbustivas e herbáceas como *Poaceae* e *Ericaceae*), relacionada pelos especialistas (Ramil Rego 92-93; Ramil Rego e Ramil Soneira, 94) com acções antrópicas (queimadas na periferia dos habitats), mas cujo carácter descontínuo teria permitido rápidas recuperações arbóreas. O aparecimento de pólen de cereais regista-se em várias turfeiras no V.º e sobretudo no IV.º milénio⁴, coincidindo com o início de uma fase de desflorestação mais marcada e generalizada a toda a Galiza e que, no I.º mil. AC, culminará no repovoamento, por matos e herbáceas, de substantivas áreas de floresta caducifólia, entretanto destruída. É nesta fase alargada, dos meados do IV.º à viragem da Era, que a economia produtora afectou de modo progressivo, mas desigual, os diferentes ecossistemas, sendo que a redução paulatina da floresta se relaciona positivamente com a erosão das vertentes (Alberti & Ramil Rego, 96).

Para o Norte de Portugal os estudos de antracologia são, para o V.º/IV.º mil. AC, genericamente concordantes com os da Galiza pelo menos no que respeita às zonas mais montanhosas e sujeitas à influência do Atlântico, como é o caso da Serra da Aboboreira (Figueiral, 92-93; 94). Mesmo nos pontos mais altos desta Serra existiriam solos mais profundos que na actualidade, marcados por alargadas zonas florestadas – com predomínio do carvalho alvarinho e negral (*Q. robur* e *Q. pyrenaica*) e em menor grau de sobreiro (*Q. suber*) –, mas exibindo razoáveis zonas abertas, desflorestadas e repovoadas por uma vegetação de matagal ou "lande". Conjugando estes resultados com os da Serra da Freita⁵ supõe-se, para o litoral – nos patamares de 600-800/900 metros – uma cobertura florestal marcadamente atlântica, de folha caduca, constituída por carvalhos (alvarinho e negral) e aveleiras, mas também por

² E, para um caso, Madorras I, com estudos fitolitológicos (Juan Tresseras, 94).

³ O domínio florestal inicia-se entre cerca de 9500 BP com a expansão de *Quercus*; desenvolve-se em torno a 8500 BP com *Corylus*, e as fracas "desflorestações" registadas e relacionadas com o auge do povoamento epipaleolítico (por ex. na estação de Xestido III e nas turfeiras de Montes de Buio, Termoal da Vella), situam-se entre 7700 e 7300 BP (Ramil Rego e Ramil Soneira, 94; Perez Alberti & Ramil Rego, 96).

⁴ Em torno a 5500 BP regista-se pólen de cereal nas turfeiras das Serras setentrionais (Montes de Buio) (Fernandez Rodriguez, C. e Ramil Rego, P., 1994) e Lama de Porto Chão, no Maciço Galaico Minhoto, junto da fronteira com Portugal (Fabregas, 97: 469).

⁵ Publicados por R. Cordeiro (1992).

amieiros, freixos, sabugueiros e salgueiros, e nas encostas mais secas e quentes, abaixo dos 600 m, poderiam surgir árvores de folha perene, como azinheiras e medronheiros. O estrato arbustivo e herbáceo seria de fácil renovação devido às condições climáticas (Sanches, 97: 155). Em Trás-os-Montes I. Figueiral aponta uma maior continentalidade do clima, que caracteriza de tipo mediterrânico (supramediterrânico), (Figueiral, 1991), mas com um grau de humidade superior ao actual e os solos, ante a vegetação que exibem, seriam também muito mais profundos que na actualidade. A floresta aparece aqui bastante diversificada, sendo marcada por elementos atlânticos – pinheiro bravo ou marítimo (*Pinus pinaster*), carvalho alvarinho (*Q. robur*), medronheiro (*Arbutus unedo*) e a avelaia –, e mediterrâneo-continentais – azinheira, carrasco, sobreiro; carvalho cerquinho, zimbros e pinheiro silvestre (*Pinus sylvestris*). Apesar da orografia, parece não ter existido aqui um “andar” de coníferas; surge, contudo, o pinheiro silvestre – que estaria adaptado às zonas montanhosas –, o pinheiro bravo, – que deveria cobrir alargadas zonas mais secas –, zimbros, e mesmo *Quercus* de folha perene (azinheira, sobreiro e carvalho português) que, mesmo na actualidade, sobem até aos 950-1000 metros na Serra de Bornes. Trata-se de uma mata sempre-verde adaptada ao calor e a uma maior secura que integraria um sub-bosque de características predominantemente mediterrânicas, com medronheiro, avelaia, urze branca, tojo, giestas e cistáceas, estas decorrentes por certo da degradação do bosque. É provável que o início do andar de montanha – acima dos 400-500 metros – registasse uma quantidade razoável de vegetação ainda característica das zonas húmidas, com amieiro, freixo, salgueiro e vide-branca, mas também é possível que estas espécies de zonas ribeirinhas se restringissem às partes mais baixas dos ribeiros de montanha. Supõe-se uma cobertura arbórea em manchas bastante contínuas que a acção humana começa a alterar gradualmente com a introdução das práticas agrícolas e pastoris a partir do VI.^o/V.^o mil. AC e que seriam responsáveis pela presença de incultos e “monte” onde o medronheiro, e as leguminosas e as urzes/torga, ocupariam as zonas mais húmidas e as estevas as zonas mais secas (Figueiral & Sanches, 98-99)⁶.

Num quadro de subsistência baseado sobretudo na recolha e caça têm-se procurado identificar as espécies vegetais e animais susceptíveis de utilização pelas comunidades deste alargado período (1.^a metade do Holoceno). De acordo com R. Rego a floresta temperada na Galiza fornece um leque muito pequeno de espécies consumíveis, que se resumiriam a frutos de aproveitamento sazonal – de *Quercus*, de *Corylus*, de *Prunus* e de *Asphodelus* –, pelo que as comunidades epipaleolíticas teriam orientado as suas estratégias de povoamento em função dos recursos cinegéticos – com caça a cervos e javalis – e piscatórios, como ocorre na estação de O Rei-ro (Ramil Rego, 93). R. Fabregas (1997) incide também na importância da caça deductível da localização das estações epipaleolíticas tanto nas serras setentrionais (Xistral), como na Galiza central (Serra do Bocelo), i.e., em locais estrategicamente situados no controle das rotas migratórias dos animais e providas de pastos frescos, que fornecem, além disso, uma indústria lítica microlítica adequada a tais actividades. Porém, o mesmo autor atribui um valor diferente do de Ramil aos recursos florestais pois incide no alto valor nutritivo tanto da bolota como da avelã.

⁶ Resultados similares foram obtidos no solo enterrado sob a mamoa I de Madorras, no planalto de Sabrosa (Juan Tresseras, 94).

Para o Norte de Portugal a avaliação dos recursos florestais é similar, estando disponíveis por certo bolotas, avelãs, medronhos, pinhões e *Poaceae*, dos quais existem provas directas de recolha no caso da bolota (B. da Pala IV) e dos pinhões (Fraga d'Aia) (Silva, 88). Refira-se que a antracologia mostra que os habitantes do abrigo do Buraco da Pala IV utilizavam predominantemente madeira de sobreiro/carvalho e medronheiro, e, em menor grau, madeira de pinheiro (marítimo e silvestre) (Sanches, 97) e que os da Fraga d'Aia também utilizavam esta última espécie (Figueiral, 88). Tal facto faz supor um aproveitamento muito mais diversificado dos recursos florestais na vida quotidiana, que incluiria a madeira (para combustível e material de construção), artesanato (particularmente o medronheiro), assim como os próprios frutos que, tanto no caso da bolota como no dos pinhões, além do excepcional valor nutritivo, poderiam ainda ser armazenados.

Em todo o caso o conhecimento das propriedades de diferentes bolbos, tubérculos, raízes e até fungos da floresta temperada e ecologicamente diversificada, como é aquela que temos vindo a descrever, abriria por certo o leque dos recursos disponíveis, mas estes, particularmente os de origem vegetal, *apresentariam sempre uma condicionante por só estarem disponíveis em épocas do ano muito limitadas*. A fauna já recuperada no Prazo, que revela a presença de mamíferos de médio e pequeno porte, e ainda coelho, javali e cervídeos (Rodrigues, 00), podemos acrescer a da Fraga d'Aia onde estarão presentes mamíferos de porte médio (domésticos? selvagens?), assim como restos de cabra e/ou carneiro, que se assumiram então como provavelmente domésticos (Antunes, 88).

A documentação arqueológica no que respeita aos habitats, é muito diversa e muito desigual de sítio a sítio, o que pode ter diversas justificações. Cremos que é precisamente na ausência das informações requeridas para que os modelos de conceptualização histórica obtenham uma sustentação empírica, que poderá residir a explicação mais aceitável para o problema.

Passemos então à exposição sintética da documentação sobre o Norte de Portugal.

Os habitats que incluímos no Neolítico inicial distribuem-se por 3 regiões geográficas do Norte de Portugal bastante afastadas entre si: a) Serra da Aboboreira, no Douro Litoral; b) Serra de Passos/Sta. Comba, na parte central de Trás-os-Montes e c) região da Beira-Douro (zona montanhosa adjacente à margem esquerda do Douro).

Ocupam zonas fito-climáticas que, na actualidade, são diferentes umas das outras sendo as diferenças mais acusadas particularmente entre a Serra da Aboboreira e a região transmontana/duriense. Situação similar parece ter ocorrido no passado (ver descrição anterior).

Serra da Aboboreira

Na Serra da Aboboreira o ambiente é de montanha e o clima temperado de carácter atlântico; no presente desarborizada e com solos graníticos pouco espessos ou mesmo esqueléticos nos patamares superiores, seria então coberta de florestas de folha caduca (ver atrás).

Nesta serra é considerado não somente o povoado de Lavra I, mas também aqueles sítios que se relacionam com as mamoaas, quer porque tenham sido sobrepostas por aquelas construções – como Mina do Simão, Furnas 2, Chã de Santinhos 1 e 2 –, quer porque incluem artefactos tipológica ou estilisticamente conotados com o neolítico inicial nas terras do *tumulus* – Serrinha 2, Chã de Parada 1 e mamoa da Lavra⁷. Neste último caso supõe-se serem estes os restos dos habitats que teriam existido nas imediações das mamoaas.

Estes habitats implantam-se assim em diferentes patamares altimétricos da serra entre os 600 e os 900 metros de altitude, mas não foram detectados nas zonas mais baixas de vale.

Ocupariam pequenos esporões (Chã de Santinhos), ou plateaux de encosta dominando cursos de água – Mina do Simão, Lavra I e Mamoa da Lavra –, ou ainda plataformas deprimidas de montanha – Tapado da Caldeira e Furnas –, mas em todos os casos em clara relação espacial com zonas naturalmente irrigadas, ou lameiros.

Creemos que Lavra I, cujos materiais arqueológicos se espalhavam por uma área de cerca de 400 m², terá sido um povoado de curta duração ou mesmo sazonal devido precisamente à fraca quantidade de material arqueológico disperso por uma tão grande área. Além disso, encontra-se numa zona de acumulação sedimentar, o que contribuiria precisamente para uma boa preservação. Os danos sofridos têm a ver com a ocupação posterior, no Bronze Final.

Exibe, como estruturas habitacionais, enormes estruturas circulares de combustão, abertas no saibro e quase completamente repletas de carvão, e esta parece ser a característica mais marcante desta estação neolítica. O espólio arqueológico é escasso. Consiste em cerâmicas decoradas com puncionamentos arrastados de “tipo boquique” e formando grinaldas, ou em falsa “folha de acácia”, bordos denteados ou incisos, alguns fragmentos com decoração plástica e material lítico talhado. Este concentrava-se sobretudo em torno da estrutura de combustão 2 e consiste maioritariamente em lascas sem retoque ou com retoques pouco regulares, em quartzo ou quartzito, e somente uma em sílex.

Foram precisamente as datações das grandes estruturas de combustão que permitiram colocar este povoado entre os meados do VI.^o e os meados do V.^o milénio AC (Sanches, 97: 153-55).

As restantes estações da Serra da Aboboreira, no seu conjunto, revelam principalmente cerâmicas lisas e decoradas – com puncionamentos de “tipo boquique”, caneluras verticais, decoração plástica, etc. –, grande quantidade de lascas sem retoque ou retocadas de modo atípico, lamelas em número escasso (particularmente na Mina do Simão), enxós e moinhos.

Estes habitats serranos datarão dum período anterior aos finais do V.^o / inícios do IV.^o mil. AC, podendo, alguns deles terem sido genericamente contemporâneos de Lavra I, tal como fazem supor algumas semelhanças na estilística decorativa das cerâmicas.

⁷ A bibliografia sobre estas estações é extensa Mina do Simão (V. Jorge, 84; V. Jorge & Alonso, 88); Lavra I (Sanches, 88; 95; 97); Furnas 2 (V. Jorge *et alii*, 87; V. Jorge *et alii*, 1988 a e b); Chã de Santinhos 1 e 2 (V. Jorge, 85); Serrinha 2 (Silva, 82); Chã de Parada 1 (V. Jorge & Bettencourt, 88).

Estamos assim perante um primeiro povoamento da Serra da Aboboreira, largamente anterior à criação da necrópole megalítica, materializado em sítios de ocupação sazonal ou de ocupação permanente de curta duração.

Serra de Passos/bacia de Mirandela

Na Serra de Passos embora a estação-chave para este período seja o abrigo do Buraco da Pala (nível IV), é provável que outros abrigos, situados noutros patamares mais baixos – como o Abrigo “A” do Regato das Bouças, ou os Abrigos 6 e 10 da Ribeira da Cabreira, onde exumámos na prospecção peças líticas talhadas, possam vir a relacionar-se com a ocupação mais antiga daquela Serra⁸.

Este abrigo foi ocupado entre o início do V.^o e o 3.^o quartel do IV.^o mil. AC, não sendo possível por ora justificar, nem estratigráfica, nem arqueograficamente a distinção cronológica apontada pelas datas – início do V.^o (2 datas) e 1.^a metade do IV.^o milénio (2 datas), respectivamente para o início e o topo da camada (Sanches, 97: 107-10. Reafirme-se contudo que tanto os elementos arqueograficamente identificados com o Neolítico – enxó e cerâmica –, como macrorrestos de cereais, se associavam já na base da camada às datas mais antigas.

Devido às ocupações posteriores e à topografia da rocha de base, a estratigrafia só se conservou perto da entrada do abrigo; revelou um habitat protegido, na zona da entrada e nas zonas laterais, por estruturas feitas de materiais perecíveis (madeira e/ou couro) de que se identificaram vários buracos de poste. A estes somam-se várias lareiras (7) situadas a diferentes cotas e distribuídas horizontalmente por toda a camada.

Apesar dos macrorrestos referidos atrás – com destaque para os produtos cultivados (cevada nua e vestida, trigo e fava) –, que indicam práticas agrícolas, só se exumou uma pequena enxó de quartzo silicificado na base da camada e 3 moventes de moinho. Os 32 recipientes cerâmicos que foi possível reconstituir são de reduzida dimensão pois variam entre 0,17 e 5 litros, mas a maioria não atinge os 2 litros. São maioritariamente de forma globular (um deles tendendo para o corpo “em sacco”), mas existem também semi-esféricos, taças em calote e uma pequena taça de carena alta. Perto de metade dos recipientes é decorada (44%) mediante impressões, puncionamentos simples e, mais raramente, arrastados, e incisões, segundo organizações decorativas em faixa sob o bordo (organização que irá estar presente e/ou dominar os contextos do Neolítico e Calcolítico regional). Contudo, outras decorações são mais originais, como a decoração plástica com aplicação de cordões desenhando provavelmente uma “rede” no corpo do recipiente; caneluras verticais largas ou estreitas, bandas verticais de reticulados e lábios incisos. Alguns recipientes possuem perfurações e um deles uma asa tuneliforme achatada, perfurada também. Merece referência ainda uma colher em cerâmica pois este tipo de artefactos, além de ampliar a panóplia dos novos utensílios, pode ser associada a novos hábi-

⁸ A altitude média da bacia de Mirandela varia entre 250 e 350 m. Assim, no patamar inferior, até 500 m, temos o abrigo 6 da R.^a da Cabreira (320 m); o patamar médio vai de 500 a 800 m, onde se encontra o abrigo 10 da R.^a da Cabreira (520 m) e o Abrigo “A” do Regato das Bouças (720 m); o topo da Serra corresponde a altitudes superiores a 800 metros, onde se encontra a Buraco da Pala a cerca de 900 metros.

tos alimentares (ou a novas formas de consumo de alimentos), não sendo de subtrair a hipótese de essas novas formas se articularem com o consumo social e ritualizado de certos produtos. É significativa ainda a grande quantidade de instrumentos líticos talhados – cerca de 200 instrumentos –, e 108 dejectos –, mormente se atendermos à restrita área preservada – cerca de 25 m². A indústria lítica é maioritariamente de sílex e de quartzo e inclui uma grande quantidade de instrumentos sobre lasca (61%), sendo que as lâminas/lamelas (28%), núcleos e mesmo dejectos, foram menos usados como suporte. Integra uma panóplia de instrumentos – 21 buris, 11 raspadeiras, 4 furadores, 14 microfuradores, 8 truncaturas, 6 denticulados, 8 raspadores, 53 lascas retocadas e 14 sem retoque, 3 lâminas, 11 lamelas retocadas e 19 sem retoque, 15 micrólitos, 13 diversos/compósitos –, marcados pelo microlitismo e com elevados índices de transformação do suporte. O talhe encontra-se bem documentado no abrigo pela presença de 7 microburis, 8 núcleos e 100 dejectos de talhe.

De entre a elevada traceologia de utilização verificada, registam-se instrumentos – 10 lascas e 4 lamelas – que apresentam vestígios de uso normalmente conotado com o corte de caule de gramíneas. A sequência vertical das estruturas habitacionais faz supor um habitat repetidas vezes ocupado, pelo que cremos tratar-se dum local de ocupação sazonal, ou de ocupações permanentes mas restritas a curtos períodos.

O abrigo do Buraco da Pala abre-se numa falésia que ocupa um dos pontos mais altos da serra inserindo-se num ambiente de montanha, mas dominando as terras baixas da bacia de Mirandela, onde se acederia em menos de 1 hora, assim como à Rib.^a de Lila (rica em peixe), agora em pouco mais de 2 horas de percurso pedestre.

Beira/Douro

O abrigo da Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira) e o povoado do Prazo (V.^a N.^a de Foz-Côa) são relativamente próximos entre si, inserem-se; na actualidade, em ecossistemas similares, marcados ainda por afloramentos graníticos, e ocupam encostas de vales que conduzem ao Douro, no caso do Prazo, e ao Távora, no de Fraga d'Aia. De ambos é possível aceder rapidamente tanto aos *plateaux* ou zonas aplanadas superiores, como aos vales e mesmo ao rio Távora, no caso da Fraga d'Aia⁹.

Contudo, estas estações são bastante distintas entre si pois a Fraga d'Aia é um pequeno abrigo granítico com pintura esquemática, cuja área "habitável" é inferior a 40 m², e o Prazo é um habitat de ar livre que ocupa pequenas plataformas de encosta, pejada de afloramentos graníticos e que teriam tido papel de realce na configuração, apoio e protecção das unidades habitacionais, tal como acontece em habitats graníticos posteriores.

A Fraga d'Aia ostenta um painel onde pontua, a vermelho sanguíneo, uma cena (narrativa/mitográfica) de caça, com um personagem antropomórfico armado

⁹ Não se inclui por ora neste grupo a estação de Quebradas, no vale do Côa por ainda se encontrar deficientemente caracterizada e não possuir ainda datas absolutas (Aubry *et alii*, 97).

com um arco e um cervídeo de longas astes, atribuído por A. M. Baptista¹⁰ a uma fase mais antiga – A –, e um friso de figuras antropomórficas e zoomórficas em vermelho vinhoso estilisticamente diferentes das primeiras, atribuído à fase B, mais recente. Entre aquelas encontram-se outras figuras antropomórficas soltas.

A estratigrafia deste abrigo, que integra duas lareiras, parece bastante complexa facto que, combinado com as datações absolutas e com o carácter peculiar da estação – um abrigo com iconografia pintada –, nos parece admitir frequências sazonais (de carácter ritual) ou periódicas, contínuas ou descontínuas tanto no tempo curto como no tempo longo, num período que percorre a 2.^a metade do VI.^o, o V.^o e o início do IV.^o mil. AC¹¹. Existem ainda datas mais antigas, provenientes da base da camada de ocupação mais antiga, situadas entre os meados do VIII.^o e os inícios do VI.^o mil. AC. Tal como temos vindo a frisar, a aceitação desta cronologia tão ampla, que coloca o início da ocupação do abrigo da Fraga d'Aia no VI.^o milénio (ou eventualmente no VIII.^o), só pode ser devidamente avaliada na confrontação com outros contextos regionais com estratigrafias mais claras. O espólio lítico e cerâmico desta estação, por seu lado, parece incluir-se numa só "fase" cultural mas, também neste caso, a caracterização é necessariamente muito genérica e só pode vir a ser devidamente entendida no confronto com a documentação empírica das estações estão a ser alvo de estudo na área do Côa.

O espólio arqueológico exumado, particularmente a cerâmica lisa e decorada (V. Jorge *et alii*, 88 – a e b), conota-se genericamente com o neolítico inicial regional do centro/norte de Portugal. Corresponde a 14 formas distribuídas por 6 tipos morfológicos, dos quais 4 estão presentes no Buraco da Pala IV, um outro (tipo 4) na Mina do Simão (Serra da Aboboreira) e o último é um fundo espessado, característico dos contextos neolíticos de várias regiões peninsulares e presente também no diversificado conjunto cerâmico do Buraco da Moura de S. Romão (Seia, Guarda) (Valera, 88)¹². As decorações usam a técnica de impressão simples ou arrastada e a incisão mas, embora variadas, são marcadas por uma grande simplicidade decorativa, tal como as do Buraco da Pala e por oposição a decorações mais barrocas que existem também em contextos regionais deste período (Prazo, Buraco da Moura de S. Romão), pois desenham sobretudo uma faixa sob o bordo ou na metade superior do recipiente. Também existem incisões sobre o bordo/lábio.

Destacam-se ainda 3 enxós, uma das quais de reduzidas dimensões, e uma quantidade pouco vulgar de moinhos (16 moventes, 2 dormentes) que ajudam a sustentar a hipótese de ser este abrigo sobretudo um local cerimonial; onde teria tido lugar o consumo de alimentos vegetais (selvagens? domésticos?) triturados e animais¹³. A indústria lítica talhada (46 peças) é também de tipo microlítico (mas

¹⁰ In V. Jorge *et alii*, 88-b.

¹¹ As datas desta estação estão publicadas em: V. Jorge, 91; 93. A calibração e análise das datas é feita em: Sanches, 97: 150.

¹² Tanto o abrigo do Penedo da Penha I (Canas de Senhorim), como o Complexo granítico do Buraco da Moura de S. Romão, recentemente publicadas por A.C. Valera (98), possuem, tal como aquele investigador acentua, uma panóplia de formas e de decorações cerâmicas de inegável filiação neolítica. Mesmo adentro da diversidade que caracteriza estes primeiros conjuntos cerâmicos, refira-se a grande proximidade estilística sobretudo com estas estações da Beira-Douro, em primeiro lugar com o Prazo, e em segundo com a Fraga d'Aia.

¹³ Temos vindo a referir a identificação de ossos de mamíferos de médio porte, e de cabras e ou velhas, queimados (Antunes, 88).

menos "típica" que a do Buraco da Pala), frustemente retocada ou mesmo sem retoque, essencialmente sobre lasca e que utiliza predominantemente o quartzo leitoso e hialino pois só tem 3 peças em sílex: 1 segmento, 1 ponta de seta e uma lamela.

A estação do Prazo¹⁴ revelou uma estratigrafia neolítica (camada 3 do sector VII e camada 4 do sector I), com algumas estruturas habitacionais próprias dos habitats de ar livre do Neolítico e Calcolítico: lareiras, fossas, empedrados. Possui cerâmicas lisas, maioritariamente, mas também decoradas sobre o bordo (bordos denteados), impressões simples (mas de configuração variada), arrastadas ou não (onde se inclui o denominado "boquique neolítico"), linhas incisas – verticais, fundas ou leves, ou formando espinha, etc. –, assim como mamilos (Rodrigues, 00), pertencentes a recipientes predominantemente de pequenas dimensões. Existe ainda cerâmica com engobe. Surgem em simultâneo machados de reduzidas dimensões e, em escasso número, alguns moinhos (moventes e dormentes); a indústria lítica talhada, de cariz microlítico, é predominantemente em quartzo (hialino e leitoso), mas também em quartzite, sílica opalina e sílex, e exhibe muitos subprodutos de talhe (sobretudo lascas e esquirolas), mas também alguns instrumentos com características tipológicas mais bem definidas, como lâminas, lamelas e geométricos (crescentes).

Esta ocupação neolítica, para a qual existem datas absolutas, parece ter começado, seg. S. Rodrigues, na 2.ª metade do VI.º mil. AC, e ter-se prolongado, segundo a documentação por ora disponível, até meados do IV.º mil. AC, o que deverá vir a ser confirmado em futuros trabalhos.

S. Rodrigues publica e comenta ainda uma outra data, recolhida na camada 4a do sector I, subjacente à camada neolítica, que coloca esta ocupação da cam. 4a na 2.ª met. do VII.º milénio AC. Aqui tem início uma sequência estratigráfica sem cerâmicas e com indústria lítica talhada algo diferente daquela das camadas superiores, pelo que seria aceitável a existência de uma ocupação mesolítica anterior.

C. QUESTÕES PERTINENTES NA ABORDAGEM DO NEOLÍTICO INICIAL DO NORTE DE PORTUGAL

Do conjunto de questões que a neolitização do norte de Portugal nos suscita, umas são académicas por procurarem responder a questões partilhadas por outras regiões (particularmente peninsulares); outras reportam-se a problemas de contextualização local do processo, i.e., dos modos e/ou formas sociais (e arqueológicas) que assumiu a emergência e posterior implantação do sistema agro-pastoril nesta região.

Contudo, estes problemas surgem normalmente interconectados, como veremos.

Dado que há vestígios arqueológicos de grupos de caçadores-recolectores epipaleolíticos na Galiza e, adentro da região que nos ocupa, os vales do Côa/Douro/Sabor exibem produções artísticas parietais até ao final do Paleolítico superior, é agora legítimo supor que durante os 1.ºs milénios do pós-glaciar esta região tenha

¹⁴ A estação do Prazo está, repetimos, em curso de estudo por Sérgio Monteiro Rodrigues, pelo que as nossas referências serão necessariamente curtas e baseiam-se principalmente no estudo que recentemente aquele autor escreveu para este congresso (Rodrigues, 00).

sido ocupada também por comunidades de caçadores-recolectores de que a estação do Prazo, nas suas ocupações mais antigas, datadas da 2.ª metade do VII.º mil. AC, pode vir a dar conta.

Aguardam-se os resultados da investigação futura não só para confirmar ou infirmar uma continuidade ocupacional no período tão amplo de tempo que vai do final do Pleistoceno à época que nos ocupa – VI.º/V.º milénio –, mas sobretudo para se poderem caracterizar melhor do ponto de vista subsistencial, demográfico e socio-cultural, as comunidades que de qualquer modo se encontram na génese das populações que incluímos no neolítico inicial e que, a prazo, no IV.º milénio, serão responsáveis pela ocupação sistemática do território.

Outra questão em aberto é o modo de subsistência em relação ao qual todos os autores são unânimes em considerar que a documentação empírica relativa à tecnologia, aos modelos de povoamento e aos ecossistemas é deficiente, de modo que todas as abordagens têm tido implícito um modelo de aproveitamento dos ecossistemas próprio dos caçadores recolectores da floresta temperada do início do Holoceno, i.e., economias de espectro amplo assentes numa maior ou menor mobilidade espacial e temporal. Por razões culturais, ecológico/subsistenciais, rituais ou outras, estas comunidades terão aderido à produção, normalmente materializada na agricultura, na pastorícia, ou em ambas.

Assim, do ponto de vista subsistencial, este período corresponde a um longo processo de transformação dos modos de subsistência baseados na caça-recolecção, para a dominante agricultura-pastorícia, que só se atingirá no final do IV.º/inícios do III.º milénio.

Não há evidências de sedentarização em nenhum dos habitats mencionados atrás, nem existe um instrumental técnico que permita defender cabalmente estarmos perante um modo de subsistência inegavelmente produtor. Embora a sedentarização não implique linearmente um modo de subsistência baseado na produção, a sazonalidade dos recursos naturais parece não ter permitido acampamentos permanentes nesta região. Portanto a redução da mobilidade estará inexoravelmente ligada às práticas agrícolas e pastoris.

Por outro lado, a Etnografia mostra que as práticas agrícolas primitivas podem não exigir qualquer "arsenal técnico" peculiar, dependendo sobretudo do modo como é preparado o solo – por ex. queimadas seguidas de arejamento da terra e sementeiras feitas com o auxílio de um pau de cavar; colheita que, no caso dos cereais poderia ser manual, espiga a espiga, ou com o auxílio de uma faca ou lâmina polifuncional. Deste modo, a avaliação singular dos instrumentos técnicos ligados à produção nos habitats deste período no norte de Portugal, onde são exíguas ou estão mesmo ausentes os instrumentos tidos como agrícolas – machados e enxós de dimensões tecnicamente eficazes –, não pode conduzir imediatisticamente à conclusão de que as práticas agrícolas estão ausentes.

Isto significa não nos podermos pronunciar claramente sobre a presença ou ausência de agricultura nos diferentes habitats em análise se atendermos somente ao instrumental lítico. Pelo contrário, no único sítio com evidência directa de práticas agrícolas que é o Buraco da Pala IV, só se encontrou uma enxó de reduzidíssimas dimensões (por certo ineficaz em qualquer trabalho desflorestador/agrícola), e algumas lascas e lamelas com traceologia de utilização no corte de caule de gramíneas.

Tratar-se-á por certo de uma agricultura ainda insipiente, realizada em peque-

nas parcelas de solos leves, parcial ou totalmente limpos de árvores que, dependendo das condições ecológicas e edáficas, poderá realizar-se por 1, 2 ou mais anos seguidos, sendo depois os terrenos abandonados definitivamente, ou permanecendo em recuperação por períodos relativamente longos.

Um quadro deste tipo, assente em queimadas regulares, mas restritas em área e destinadas a uma agricultura ainda itinerante, permite a criação de um mosaico de nichos ecológicos que promove, numa primeira fase, a riqueza e variedade de recursos. Deste modo, as primeiras práticas agrícolas, quer sejam motivadas por razões subsistenciais – de complemento aos recursos oriundos da caça-recoleção, ou para compensar crises alimentares sazonais (Vicent, 91) –, ou por razões rituais no âmbito das relações sociais e económicas dentro da comunidade ou entre esta e as comunidades vizinhas, só por si nem promovem a sedentarização, nem empobrecem os ecossistemas. Porém, este sistema de exploração agrícola embora sendo, tal como o *swiden*, territorialmente expansionista – só impedido pelas barreiras geográficas ou outras populações vizinhas –, impõe entraves ao desenvolvimento da estrutura social e política destes grupos *a não ser que os produtos agrícolas não constituam uma parte substancial dos meios de subsistência* (Ellen, 94). Como a sedentarização ocorre milénios mais tarde, *serão factores demográficos, ecológicos e de organização social que, no tempo longo, promoverão então o desenvolvimento deste sistema produtor aqui iniciado ainda que de forma pouco consistente.*

Também desconhecemos a forma que teriam assumido as práticas pastoris como forma de subsistência pois a criação de gado, tal como a caça-recoleção ou mesmo a agricultura, só podem ser compreendidas no contexto estreito das relações sociais e ecológicas. A Etnografia mostra que à excepção dos grupos de pastores nómadas, que normalmente ocupam sistemas marginais ou pobres, a criação de gado acompanha sempre a agricultura nas sociedades tradicionais (sedentárias), pois assumem-se como sistemas complementares (Ellen, 94). Torna-se difícil entender assim a criação de cabras e/ou ovelhas em contextos subsistenciais maioritariamente de caça-recoleção a não ser realmente que a caça tenha começado a rearar (por motivos ecológicos ou outros), ou que aqueles animais tenham assumido um elevado valor social, o que só poderá ser entendido nas estritas relações sociais que regulamentariam a produção e o consumo.

A criação de cabras ou ovelhas em pequenos rebanhos, poderia responder ainda à necessidade de reffrear uma grande mobilidade residencial, tal como os cultivos em áreas restritas.

Contudo, um modo de subsistência (qualquer modo de subsistência) é basicamente uma abstracção pois a associação dos processos extractivos/productivos que caracterizam uma população particular só podem ser entendidos no contexto de formas sociais (Ellen, 94). Com efeito, não podendo ser reduzidos às práticas técnicas ou ao modo de uso dos instrumentos, entroncam naturalmente nas relações sociais e ecológicas, o que quer dizer que um modo de subsistência deve ser conceptualizado como modo de produção. Os processos subsistenciais, além das práticas de carácter técnico envolvem estratégias de movimentação, de controle de população e ainda de informação, especialização e troca dentro e fora da comunidade.

Está fora de questão aceder ao tamanho e à organização social dos grupos do início do Neolítico que se entendem, apesar de tudo, como tendo ainda um reduzido número de elementos (algumas famílias) pois os habitats conhecidos não evi-

denciam ainda os índices de sedentarização tidos como o factor de estabilidade requerida ao aumento demográfico, como temos vindo a insistir.

O registo arqueológico, sendo marcado por ausências ou por presenças pouco significativas dos indicadores requeridos a uma adequada caracterização subsistencial e social, obriga-nos a reflectir no tipo de situações em que a documentação é mais consistente, e estas referem-se sempre a povoados sedentários. Assim, a própria dificuldade de detectar habitats do início do neolítico não se deve colocar somente na deficiência dos nossos métodos de detecção e registo, *mas predominantemente nas características intrínsecas desses habitats*, marcados pela extrema fragilidade das estruturas habitacionais e pela fraca quantidade de desperdícios (artefactos, macrorrestos, etc). Seriam por certo acampamentos sazonais (residenciais e logísticos) ou habitats usados durante um período restrito de anos. Repare-se que todos aqueles que conhecemos de modo mais completo ou se situam em ambientes naturalmente protegidos (como é o caso dos abrigos), ou foram “aprimados” pela acumulação sedimentar e por ocupações posteriores (Lavra I e Prazo): Nesta mesma situação se encontram aqueles preservados pela construção das mamoa na Serra da Aboboreira.

O modelo de certa mobilidade residencial e/ou logística (Sanches 97; Fábregas 97; S. Jorge, 99; Rodrigues, 00) ou de habitats permanentes de muito curta duração conjugados ou não com mobilidade logística (Sanches, 00), implicaria que, *mesmo com baixa densidade demográfica*, no prazo de cerca de 2,5 milénios – meados do VI.^o / finais do IV.^o milénio –, se abandonaria um elevado número de sítios habitacionais. Por outro lado, como em todas as áreas do norte do país onde se tem desenvolvido projectos de investigação arqueológica com uma certa duração, têm sido encontrado habitats neolíticos com estas características, podemos supor que, à excepção poventura dos picos mais altos das montanhas nortenhas (Serras do Gerês, Marão, topos da Padrela, Bornes, Nogueira), todo o território poderia vir a ser totalmente ocupado no Neolítico inicial. A ausência de investigação, mas sobretudo as práticas agrícolas e florestais posteriores, seriam as causas próximas dessas ausências¹⁵. Fica portanto em aberto tanto a questão da distribuição, contínua ou descontínua, do povoamento, restando-nos a ideia de que, apesar de tudo, a densidade demográfica deveria ser muito baixa.

Os habitats desta região, além da diversidade de formas que tomam – em abrigo ou ao ar livre –, parecem não obedecer a nenhum padrão de implantação peculiar, nem do ponto de vista topográfico ou micro-topográfico, nem mesmo no que respeita aos ecossistemas (actuais).

Na Serra da Aboboreira, na altura coberta de florestas de folha caduca, apesar de ocuparem diferentes patamares altimétricos, não deixam de se integrar num ecossistema marcadamente serrano, mas com um elevado grau de humidade (se comparado com o interior). Ocupam esporões e *plateaux* de encosta, mas também zonas deprimidas, o que sugere que mesmo que se trate de povoados permanentes

¹⁵ Basta olhar as fotografias aéreas de 1958 para verificarmos que, num tão curto período de tempo, o território se tornara quase irreconhecível pois as práticas agrícolas (sobretudo o cultivo do centeio), além dos vales, sobem em altura e só deixam livre o espaço ocupado pelos rochedos. Actualmente essas zonas permanecem cobertas de mato, foram “invadidas” por pinhal, ou sofreram mesmo novas florestações.

de muito curta duração (1 a 5 anos), a prática duma agricultura itinerante em pequenas parcelas nos solos graníticos mas fáceis de trabalhar da serra (V. Jorge; 91), seria a principal responsável pela mobilidade. A necessidade de aceder mais rapidamente simultaneamente ao topo da montanha e aos vales periféricos, poderia ter sido também um factor importante, particularmente no caso de Lavra I e Tapado da Caldeira.

Na *Serra de Passos*, onde se realizaram prospecções sistemáticas, verificou-se que eventuais habitats de ar livre, a terem existido, foram completamente destruídos pelas reflorestações recentes. Mas ante a grande quantidade e diversidade de abrigos, é provável que estes tenham sido preferidos pela protecção natural que ofereciam. De qualquer modo, é em abrigos (3 abrigos além do Buraco da Pala), situados em todos os patamares altimétricos da Serra, que cremos terem sido os habitats deste período.

O Buraco da Pala, situado no topo da Serra onde o clima é rigoroso, apela mais a ocupações sazonais; os restantes, em vales muito abrigados da encosta NE e N, admitiriam ocupações mais permanentes.

Não temos, obviamente, condições de avaliar esta questão mas tão só de referir que todos, incluindo o Buraco da Pala, se localizam em áreas de onde se pode aceder numa hora pedestre, simultaneamente aos recursos da serra e aos das zonas baixas da bacia de Mirandela. Nesta encontram-se ainda recursos piscatórios de realce.

A agricultura de cereais e de leguminosas poderia ser praticada tanto na serra como nas zonas baixas (onde existem também solos leves), pelo que a sua presença no abrigo do Buraco da Pala não implica necessariamente que tivessem sido cultivadas nas imediações próximas. É para o habitat que se transportam os produtos de subsistência, particularmente aqueles que podem ser armazenados (por curtos ou mais longos períodos). Porém, dado que a Antracologia aponta no sentido duma desflorestação, embora limitada, o Buraco da Pala também poderia ter sido ocupado predominantemente entre o final da Primavera e o início do Outono, que é simultaneamente o período do ano em que se fazem as colheitas, primeiro, e as sementeiras, depois. Actualmente, num clima marcadamente de tipo mediterrânico; é também na Primavera-meados do Verão, que os rebanhos de cabras sobem em altura em busca de pastos frescos – originadas nas inúmeras nascentes serranas e nos solos com elevada capacidade de retenção hídrica –, assim como de rebentos de arbustos.

Na *Beira/Douro* o Prazo por um lado e a Fraga d'Aia por outro, representarão somente um dos elos duma complexa cadeia de povoamento; a julgar pelas duas outras regiões.

O povoado de ar livre inaugura, digamos, um novo padrão de implantação: em plataformas largamente sustentadas por grandes penedos graníticos, e descendo em degrau pela encosta. Esta coincide precisamente com a nascente de um ribeiro (S. João), cujo vale aberto permite o domínio visual e o trânsito fácil para as terras mais baixas, onde se desenvolvem os vales que conduzem ao rio Douro (Rodrigues, 00).

Na actualidade ambas as estações se encontram em regiões muito mais marcadas pela secura do que o Buraco da Pala (apesar de genericamente o clima ser similar), mas igualmente no eixo de ecossistemas de montanha baixa e de vales abrigados.

O abrigo da Fraga d'Aia deve ser abordado sobretudo como um local cerimonial, um local de efectiva ocupação temporária, onde o consumo ritualizado¹⁶ e as *performances* que o acompanhariam (danças, récitas, etc.) (Schechner, 94) teriam sido responsáveis pela natureza do registo arqueológico aí patente e que inclui, destacamos, uma manifestação simbólica por excelência: iconografia pintada – uma “cena” de caça ao veado –, inspirada por certo num aspecto relevante da vida quotidiana destes grupos – a caça. Trata-se de um espaço identitário, por isso culturalmente marcado de forma peculiar, sendo credível que materialize um local de encontro entre comunidades ainda bastante dependentes da mobilidade. Localizar-se-ia provavelmente na confluência dos territórios amplos de comunidades vizinhas e poderia testemunhar precisamente inevitáveis relações intercomunitárias de reciprocidade, troca e informação cultural, que caracterizam os grupos de baixa densidade demográfica.

Na *Serra de Passos* há também abrigos com iconografia que cremos poder colocar nesta fase do neolítico inicial, particularmente o painel 1 do abrigo 2 do Regato da Bouças – com 3 antropomorfos de cor vermelho sanguíneo, dos quais 1 parece armado com um arco e outro com um bastão –, e o abrigo 3 do mesmo conjunto, com motivos geométrico/abstractos dentro das tonalidades amarela e laranja amarelada.

Também neste caso julgamos estarmos perante lugares cerimoniais similares aos da Fraga d'Aia, o que, além de documentar um aspecto não estritamente subsistencial destas comunidades do neolítico inicial, apela, também aqui, a *uma diversidade de manifestações simbólicas* (arte subnaturalista e geométrico-abstracta).

Em qualquer período da Pré-história recente e da Proto-história as manifestações humanas, embora muito diversas, permitem, mesmo assim, pela regularidade, a criação de modelos de povoamento; *no início do Neolítico é a natureza das ocupações* (pouco duradouras), *a fraca quantidade e variedade de instrumentos* (compensada seguramente por métodos e técnicas que não deixam vestígios), *que constituem a sua marca mais evidente*. Tal leva-nos a aceitar que, tanto no tempo curto, como no tempo longo de 2,5 milénios, se tenha originado uma grande variedade de situações relativas tanto ao povoamento, subsistência, demografia e organização social, difíceis de abarcar de modo consistente.

Outra questão, intencionalmente colocada no final, é aquela que procura explicar o modo ou forma como teriam chegado ao Norte de Portugal as inovações “neolíticas”, materializadas nos cereais, leguminosas, ovinos; caprinos e cerâmica cuja decoração lembra, em muitos casos, aquela dos contextos neolíticos andaluzes.

A combinatória destes itens nas estações estudadas é relativamente diferente; tal como expusemos no ponto anterior. Pondo de parte problemas de conservação, não temos razões para crer que todas as comunidades adoptem, desde o VI.^o milénio, a agricultura ou a pastorícia, os instrumentos polidos ou mesmo a cerâmica.

Em texto anterior (97: 113-18) incidimos nas seguintes ideias:

a) A de que as modalidades de “expansão” da economia agro-pastoril, além de muito diversas e de variarem sobretudo em função das relações socio-económicas dos diferentes grupos e da natureza específica dessas relações intercomunitárias,

¹⁶ Tanto o elevado número de moinhos, como as lareiras e os vestígios de mamíferos nomeados atrás, indicam um local de consumo.

deveriam ser vistas obrigatoriamente num tempo relativamente longo. Parte-se do pressuposto de que, estando os cereais, leguminosas e eventualmente carneiros ou cabras em estado selvagem ausentes dos ecossistemas do Norte, teriam de ter sido difundidos a partir de regiões que os adoptaram em cronologias anteriores.

b) Para identificar os pontos de origem remota (e não próxima), atendemos sobretudo à estilística cerâmica de comunidades neolíticas. Assim, identificámos genericamente como ponto de partida provável a Andaluzia. Esta seria a região onde simultaneamente a cerâmica decorada, os animais domésticos e os cereais e leguminosas estariam presentes em vários contextos de entre os meados do VI.^o e os meados do V.^o mil. AC, o que, a par de outros indicadores, apontaria já um período de maior amadurecimento das economias agro-pastoris naquela região. Constatámos então que a adopção dos cultivos no Norte correspondia, em termos cronológicos, a um período de evidente adopção da economia agro-pastoril naquela região.

c) Num outro ponto indicámos que o sistema central peninsular não constituía uma barreira intransponível devido aos eixos de comunicação criados pela conjugação da orografia e do entalhe dos vales dos rios. Referimos ainda as comunicações mais fáceis segundo o eixo Extremadura espanhola-Beiras-Trás-os-Montes.

Com tal exposição não quisemos falar de movimentações de população, que aliás não temos condições de avaliar, mas tão só de desfazer a ideia, muitas vezes repetida, de que a comunicação peninsular no interior montanhoso teria impossibilitado ou colocado entraves sérios, ao encontro entre populações vivendo em ambos os lados do sistema montanhoso central, e particularmente entre aquelas que ocupam a Andaluzia, as Beiras e Trás-os-Montes.

d) Mas não pusemos, nem pomos, de parte a movimentação de populações pois a expansão territorial de gentes é uma característica das sociedades humanas, particularmente daquelas não plenamente sedentárias. Incidimos, contudo, na transmissão de ideias, produtos e/ou técnicas no contexto dos diferentes mecanismos de interacção entre grupos territorialmente vizinhos, e que poderão ter sido de natureza muito diversa.

e) No que respeita à estilística cerâmica, a diversidade exigiu que olhássemos o Neolítico do norte de Portugal como um processo pouco uniforme, à semelhança do que S. Jorge (90) já havia adiantado; aqui teriam confluído influências de diferentes locais "filtradas" por um número de comunidades difícil de avaliar e de localizar geograficamente.

A presença de cerâmica de estilística meridional não conduz assim obrigatoriamente à conclusão de que o Neolítico inicial do Norte de Portugal decorre exclusivamente da transmissão de artefactos, produtos e ideias a partir daquela região. Na realidade não temos condições de nos pronunciar sobre os contornos específicos deste processo.

Tal como S. Jorge recentemente propôs (99), o "modelo capilar" seria aquele que de momento melhor poderia perceber e explicar as contingências arqueográficas e contextuais ao colocar a tónica na aleatória transmissão e assimilação dos itens neolíticos entre os grupos mesolíticos locais. Assim, essa aleatoriedade dirá respeito não somente aos elementos "substantivos" da definição tradicional do Neolítico (artefactos e domésticos) e que podem surgir isoladamente, ou por agregados, nos diferentes habitats, mas também à geografia dos territórios e aos ritmos de transmissão e adopção que dependem da natureza das relações intercomunitárias.

Só numa abordagem deste tipo que exige, evidentemente, o desenvolvimento da investigação regional no sentido da especificação e definição dos modos de sub-

sistência e de interacção possível entre comunidades locais e que no modelo são indicados como sendo imprevisíveis, se poderiam por ora entender algumas das "anomalias" verificadas no Neolítico do Norte de Portugal.

f) Para só falarmos dos artefactos, uma dessas anomalias diz respeito à presença de machados e de enxós polidos cujas matérias-primas exigem um grande esforço humano na sua confecção mas que, dadas as dimensões, não seriam eficazes nos trabalhos de desbaste de árvores ou no revolvimento da terra para cultivos. Seriam por certo artefactos de alto valor simbólico contextual, mas cuja ligação a novos modos de subsistência estaria mediatizada e valorizada pelas relações sociais. Sem querermos ser exaustivos, se olharmos algumas formas/decorações das cerâmicas como são, por ex., aquelas de colo levemente fechado e com esboço de carena (tipo 4 da Fraga d'Aia - V. Jorge et alii, 1988: a e b), perfuradas sob o bordo ou na parte superior, e exibindo uma banda incisa horizontal preenchida de linhas incisadas verticais, presentes tanto na Fraga d'Aia, como no solo enterrado da Mina do Simão ou mesmo na Serra de o Bocelo, na Galiza, surpreende por um lado a dispersão geográfica das estações onde ocorre, e por outro, a sua ausência noutras estações deste período, mesmo que próximas das primeiras. A permanência da forma/decoração apontaria assim no sentido de aquela cerâmica ser socialmente relevante como um todo e dessa forma se ter transmitida no seio de algumas comunidades. A dispersão geográfica não significa obrigatoriamente grande distância cronológica pois a transmissão, sendo grandemente aleatória, não obedece a nenhum modelo por ora previsível que permita articular o espaço e o tempo numa explicação abrangente.

Estas cerâmicas fazem parte dum conjunto mais extenso e diversificado, mas aparentemente distinto daquelas mais padronizadamente "meridionais", pelo que o entendimento do Neolítico do Norte de Portugal também terá de passar pela explicação contextual e regional da diversidade estilística da cultura material.

BIBLIOGRAFIA

- AGROCONSULTORES e COBA (1991), *Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal*, Memórias e Anexos policopiados, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- AUBRY, T.; CARVALHO, A.F. e ZILHÃO, J. (1997), Quebradas, In: V.A. - *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa*, Coord. de João Zilhão, Ministério da Cultura, pp. 183-194.
- ANTUNES, M.T. (1988), Material ósseo proveniente da Fraga d'Aia, Apêndice I de JORGE, V.O. et alii (1988), Fraga d'Aia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) - arte rupestre e ocupação pré-histórica, TAE (28: 1-2); Porto, SPAE, pp. 227-228.
- CORDEIRO, A.M.R. (1992), O homem e o meio holocénico português. Paleoambientes e erosão, *Mediterrâneo*, 1, Coimbra, pp. 89-109.
- CRUZ, D.J. e GONÇALVES, A.B. (1995), Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa, Vila Real) datações Radiocarbónicas, *Estudos Pré-históricos* (3), Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 151-159.
- CRUZ, D.J. (1995), Cronologia dos monumentos com tumulus do Noroeste Peninsular e da Beira Alta, *Estudos Pré-históricos* (3), Viseu, Centro de Est. Pré-hist.

- da Beira Alta, pp. 81-119.
- ELLEN, R. (1994), Modes of subsistence, *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*, Ingold, T. ed., Routledge. pp. 197-225.
- FABREGAS VALCARCE, R. (1997), La adopción de la economía productora en el Noroeste Ibérico, *Actas do Colóquio Internacional – O Neolítico atlântico e as origens do megalitismo*, A. Rodriguez Casal, ed., Santiago de Compostela, pp. 463-484.
- FERNANDEZ RODRIGUEZ, C. e RAMIL REGO, P. (1994), Fechas de C14 en yacimientos arqueológicos, depósitos orgánicos y suelos de Galicia, *Gallaecia*, 13, Fac. de Geografía e Hist. da Univ. de Santiago de Compostela.
- FIGUEIRAL, I. (1988), Análise antracológica, Apêndice 1 de JORGE, V.O. *et alii* (1988), Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – arte rupestre e ocupação pré-histórica, *TAE* (28: 1-2), Porto, SPAE, p. 233.
- FIGUEIRAL, I. (1992-93), Antracologia e megalitismo: problemas e perspectivas. O caso do núcleo de Chã de Parada (Serra da Aboboreira), *Portugália*, nova série, 13-14, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Univ. Porto, pp. 149-157.
- FIGUEIRAL, I. (1994), A Antracologia em Portugal: progressos e perspectivas, *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, IV- TAE*, 34, 3-4, Porto, SPAE, pp. 427-448.
- FIGUEIRAL, I. e SANCHES, M.J. (1999), A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente, *Portugália*, nova série, 19-20, Dep. de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Univ. Porto (no prelo).
- GONÇALVES, A.B. e CRUZ, D.J. (1994), Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa I de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *Estudos Pré-históricos*, 2, Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 171-232.
- JORGE, S.O. (1990), A consolidação do sistema agro-pastoril (Cap. III de) *Portugal: das Origens à Romanização*, Nova História de Portugal, 1, 1.ª parte, Coor. de Jorge de Alarcão, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Presença.
- JORGE, S.O. (1999), *Domesticar a Terra*, Trajectos portugueses (45), Lisboa, Gradiva.
- JORGE, V.O. (1984), Escavação da mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira-Amarante) *Arqueologia*, 9, Porto, GEAP, pp. 3-21.
- JORGE, V.O. (1985), Les tumulus de Chã de Santinhos (Ensemble mégalithique de Serra da Aboboreira, Nord du Portugal), *Arqueologia*, 12, Porto, GEAP, pp. 96-128.
- JORGE, V.O. (1991) Arqueologia social dos monumentos megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 2.ª s., 6, Porto, Faculdade de Letras, pp. 365-443.
- JORGE, V.O. (1993), Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal, *Rev. da Faculdade de Letras-História*, 2.ª s., 10, Porto, Faculdade de Letras, pp. 417-432.
- JORGE, V.O. e BETTENCOURT, A.M. (1988), Sondagens arqueológicas na mamoa I de Chã de Parada (Baião, 1987) *Arqueologia*, 17, Porto, GEAP, pp. 73-118.

- JORGE, V.O.; JORGE, S.O.; COSTA, S.F. e CLETO, J. (1987), As mamoas de Furnas (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 16, Porto, GEAP, pp. 19-39.
- JORGE, V.O. e ALONSO, F. (1987), Datas de Carbono 14 para a mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira, N. de Portugal), *Arqueologia*, 15, Porto, GEAP, pp. 92-93.
- JORGE, V.O. (1991), Novos dados sobre a Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira), *TAE*, 31, Porto, SPAE, pp. 181-185.
- JORGE, V.O.; BAPTISTA, A.M.; SANCHES, M.J.; SILVA, E.J.L.; SILVA, M.M.O. e CUNHA, A.M.C.L. (1988-a), O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – Notícia preliminar, *Arqueologia*, 18, Porto, GEAP, pp. 109-130.
- JORGE, V.O.; BAPTISTA, A.M. e SANCHES, M.J. (1988-b), A Fraga d'Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – Arte rupestre e ocupação pré-histórica, *TAE*, 28:1-2, Porto, SPAE, pp. 201-226.
- JUAN TRESSERAS, J. (1994), El paleosuelo de la mamoa I de Madorras (Sabrosa, Portugal). Primeros Resultados geoarqueológicos y arqueobotánicos, *Estudios Pré-históricos*, 3, Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 241-248.
- MUÑOZ SOBRINO, C.; RAMIL REGO, P.; GÓMEZ-ORELLANA, L. e RODRIGUEZ GUITIAN, M. (1996), Modificaciones del paisaje vegetal durante el Cuaternario en el NW de la Península Ibérica. Contextualización con las secuencias del SW de Europa, *Ferredes*, 3, Villalba-Lugo, pp. 117-150.
- PEREZ ALBERTI, A. e RAMIL REGO, P. (1996), La evolución climática y sus consecuencias: el ejemplo de los paleopaisajes de Cuaternario en Galicia, *Gallaecia* (sep. de), 14-15, Departamento e História da Faculdade de Geografia e História da Univ. de Santiago de Compostela (66 pág.).
- RAMIL REGO, P. (1992-93), Reconstrucción de la vegetación e influencia antrópica sobre el medio durante el Paleolítico Superior final en la Sierra de Xistral y el valle del río Arnela (Lugo, Galicia), *Tabona*, 8-2; Tenerife- Univ. de Laguna, 518-534.
- RAMIL REGO, P. (1993), Evolución climática e historia de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico, *La Evolución de Paisaje en las Montañas del Entorno de los Camiños Jacobeos*, Cambios Ambientales y Actividad Humana, Perez Alberti, A.P.; Rivera, L.G. e Ramil Rego, P. eds., Xunta de Galicia, pp. 25-60.
- RAMIL REGO, P. e RAMIL SONEIRA, J.M. (1994), Estudio paleobotánico del yacimiento epipaleolítico de Xestido III (Abadín-Lugo), *Gallaecia*, 13, Fac. de Geografía e Hist. da Univ. de Santiago de Compostela.
- RAMIL REGO, P.; MUÑOZ SOBRINO, C.; GOMEZ-ORELLANA, L. e RODRIGUEZ GUITIAN, M. (1996), Cambios globales del clima y de los habitats terrestres, *Ferredes*, 3, Villalba-Lugo, pp. 9-31.
- RODRIGUES, S.E.M. (2000), A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no contexto do neolítico antigo do Noroeste Peninsular. Algumas considerações preliminares, *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, 3, ADECAP (no prelo).
- SANCHES, M.J. (1988), O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*,

- 17, Porto, GEAP, pp. 125-134.
- SANCHES, M.J. (1995), *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no Contexto da Pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Dissert. de Doutoramento apresentado à Fac. Letras do Porto, Porto, 2 vols. (I e II) (policopiada).
- SANCHES, M.J. (1995), O povoado da Lavra, Serra da Aboboreira, *A Idade do Bronze em Portugal, Discursos de Poder*, Lisboa, SEC, IPM, MNA, pp. 116-117.
- SANCHES, M.J. (1997), *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols. (I e II), Textos (1), Porto, SPAE.
- SANCHES, M.J. (2000), As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V.º-II.º mil. AC). Uma primeira aproximação ao problema, *Pré-história Recente da Península Ibérica*, Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, 4, ADECAP (no prelo).
- SCHECHNER, R. (1994), Ritual and performance, *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*, Ingold, T. ed., Routledge, pp. 613-647.
- SILVA, A.R.P. (1988), Material botânico proveniente da Fraga d'Áia, Apêndice 2 de JORGE, V.O. et alii (1988), Fraga d'Áia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) - arte rupestre e ocupação pré-histórica, *TAE* (28: 1-2), Porto, SPAE, pp. 229-230.
- SILVA, F.A.P. (1982), A mamoa 2 da Serrinha. Serra da Aboboreira (Baião), *Arqueologia*, 16, Porto, GEAP, pp. 19-31.
- VALERA, A.C. (1998), A neolitização da bacia interior do Mondego, *Estudos Pré-históricos*, 6, Viseu, Centro de Est. Pré-hist. da Beira Alta, pp. 131-148.
- VICENT GARCIA, J.M. (1991), El neolítico. Transformaciones sociales y económicas, *Boletín de Antropología Americana*, 24, pp. 30-60.

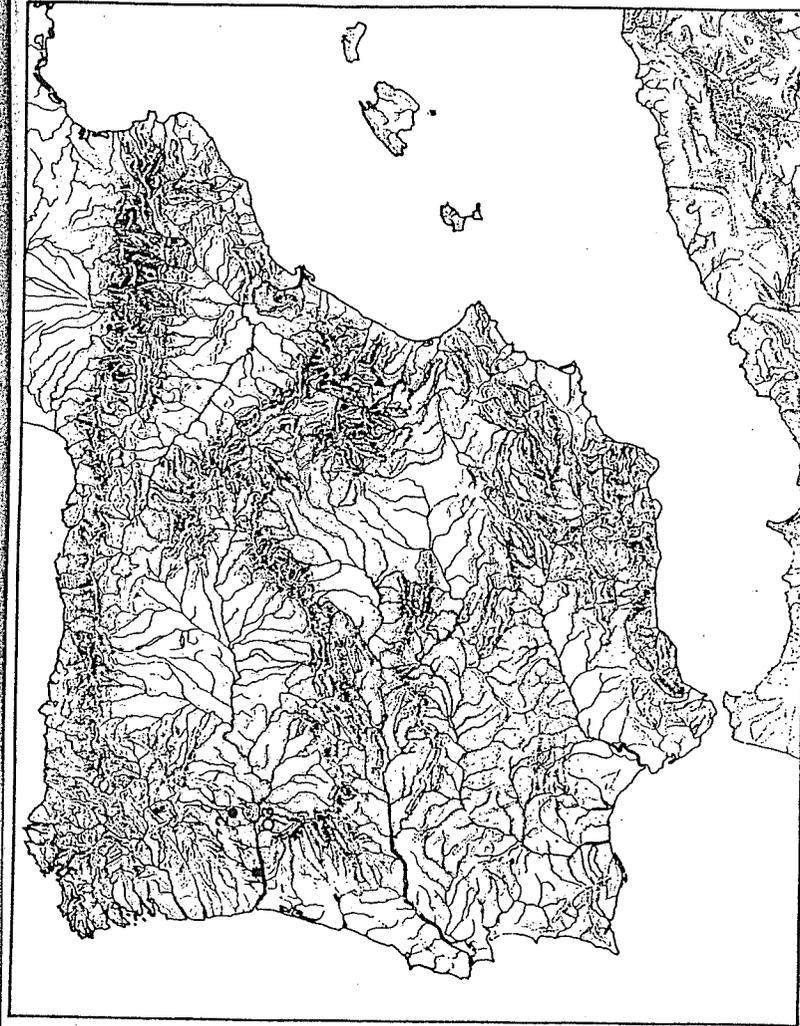


Fig. 1 — Mapa da Península Ibérica com a indicação das estações a que o texto se refere.
 1 - Serra da Aboboreira: Lavra 1, Tapado da Caldeira, Mina do Simão, Furnas 2, etc.; 2 - Serra de Passos: Buraco da Pala IV, Abrigo A do Regato das Bouças, Abrigos 2 e 3 do Regato das Bouças, e Abrigos 6 e 10 da Rib.ª da Cabreira; 3 - Beira-Douro: Prazo e Fraga d'Áia.